



**ACÓRDÃO Nº1133/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11696/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Luiz Carlos do Herval Filho (Gestor).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA I.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8004/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Luiz Carlos do Herval Filho**, Diretor-Presidente do IDAM, exercício de 2018;

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. **Luiz Carlos do Herval Filho** no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, nos termos do art. 54, inciso IV da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso I, alínea a, da Resolução 04/2002-TCE/AM, por conta das impropriedades não sanadas no item 10, do relatório conclusivo nº 42/2019-DICA I, e nos itens 3 e 5 da Informação conclusiva nº 260/2019 – DICA I/AM, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação



**ACÓRDÃO Nº1133/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Dar ciência ao Sr. Luiz Carlos do Herval Filho da decisão.**

**11- Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral